

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 154.409 - MG (2017/0235169-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
SUSCITANTE : **JUÍZO AUDITOR DA 1ª AUDITORIA DA JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL CRIMINAL E DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE ABRE CAMPO - MG**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
INTERES. : **ITALO NOGUEIRA DOS SANTOS**

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo JUÍZO AUDITOR DA 1ª AUDITORIA DA JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS em face do JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL CRIMINAL E DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE ABRE CAMPO – MG.

Consta dos autos que o Ministério Público do Estado de Minas Gerais ofereceu denúncia contra policial militar pela prática, em tese, do crime previsto no art. 129, § 1º, II, do Código Penal, pois, ao avistar supostos assaltantes em fuga, ordenou que parassem e, não tendo sido atendido, efetuou disparo de arma de fogo, causando-lhes lesões corporais.

O Juízo Militar, acolhendo a manifestação do Ministério Público de Minas Gerais, declarou-se incompetente por entender que compete à Justiça comum estadual processar e julgar os crimes dolosos contra a vida, nos termos do art. 9º, parágrafo único, do CPM, com as alterações efetuadas pela Lei n. 9.299/1996.

O Juízo de direito, por sua vez, declarou-se igualmente incompetente, ao argumento de que o réu foi denunciado pelo crime de lesão corporal de natureza grave e não por crime doloso contra a vida.

O Ministério Público Federal opinou pela competência do Juízo militar, em parecer assim ementado (e-STJ fl. 194):

Conflito negativo de competência. Justiça Militar X Justiça Estadual. Lesão corporal de natureza grave. Militar que efetuou disparo de arma de fogo contra a vítima. Competência da Justiça Militar. Parecer pela fixação da competência do JUÍZO AUDITOR DA 1ª AUDITORIA DA JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, o suscitante, para processar e julgar o feito.

Superior Tribunal de Justiça

É, em síntese, o relatório.

Decido.

Cuida-se de incidente instaurado entre juízes vinculados a Tribunais diversos, razão pela qual, nos termos do art. 105, I, *d*, da Constituição Federal, conheço do conflito.

A Terceira Seção do STJ, no julgamento do Conflito de Competência n. 161.898/MG, da relatoria do Ministro SEBASTIÃO REIS JUNIOR, entendeu que a alteração de competência promovida pela Lei n. 13.491/2017 é de natureza processual, motivo pelo qual deve ser aplicada imediatamente aos processos em curso, mesmo que o fato tenha ocorrido antes da vigência da nova lei, como é o caso dos autos (CC n. 161.898/MG, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/2/2019, DJe de 20/2/2019).

Acerca do tema, cumpre destacar, inicialmente, que a Lei n. 13.491/2017 trouxe profundas alterações legislativas no que concerne à definição dos crimes militares, ampliando, por via reflexa, a competência das Justiças Militares da União e dos Estados, já que, agora, os delitos previstos na legislação penal comum podem, também, ser considerados crimes impropriamente militares, acaso praticados nas hipóteses descritas no inciso II do art. 9º do Código Penal Militar, que passou a ter a seguinte redação:

Art. 9º Consideram-se crimes militares, em tempo de paz:

[...]

II – os crimes previstos neste Código e os previstos na legislação penal, quando praticados: (Redação dada pela Lei nº 13.491, de 2017)

a) por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra militar na mesma situação ou assemelhado;

b) por militar em situação de atividade ou assemelhado, em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;

c) por militar em serviço ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar contra militar da reserva, ou reformado, ou civil; (Redação dada pela Lei nº 9.299, de 8.8.1996)

Superior Tribunal de Justiça

d) por militar durante o período de manobras ou exercício, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;

e) por militar em situação de atividade, ou assemelhado, contra o patrimônio sob a administração militar, ou a ordem administrativa militar;

[...]

§ 1º Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares contra civil, serão da competência do Tribunal do Júri.

Dessarte, nos termos do citado art. 9º, § 1º, do CPM (cuja redação não foi alterada pela Lei n. 13.491/2017), é da competência da Justiça comum processar e julgar os crimes dolosos contra a vida cometidos por policial militar em serviço contra civil.

In casu, conforme bem analisado pelo Ministério Público Federal, o militar foi denunciado pela prática do crime tipificado no art. 129, § 1º, II, do Código Penal, sendo certo que não há na inicial nenhum elemento que indique ter havido *animus necandi* de produzir o resultado morte, ainda que na modalidade eventual.

Diante disso, não há que se falar em competência do Tribunal do Júri para processar e julgar o feito.

Por outro lado, nos termos do citado art. 9º, inciso II, c passa a ser da Justiça Castrense a competência para processo e julgamento de crimes capitulados na legislação penal, desde que praticados por militares em serviço contra civis, como no caso. Corroborando esse entendimento, os seguintes julgados:

PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. LESÃO CORPORAL PRATICADA POR POLICIAIS MILITARES CONTRA CIVIS, NO CURSO DE ABORDAGEM DE CRIME DE HOMICÍDIO. CONFLITO CONHECIDO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO CASTRENSE, PARA PROCESSAR E JULGAR O CRIME DE EXTORSÃO MAJORADA.

1. Hipótese que cuida de crime de lesões corporais por militares contra civis que praticavam homicídio de terceiro.
2. Não restando configurada conexão entre a conduta dos Policiais Militares no momento da abordagem e a morte de terceiro, está-se diante do crime de lesão corporal praticado por militar em serviço.
3. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 3ª Auditoria da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Superior Tribunal de Justiça

(CC 153.721/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/03/2018, DJe 23/03/2018)

AGRAVO REGIMENTAL EM CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. POLICIAIS MILITARES INVESTIGADOS POR HOMICÍDIO. EXCLUDENTES DA ILICITUDE DA LEGÍTIMA DEFESA E DO ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL RECONHECIDAS PELO JUÍZO SUSCITANTE E SUSCITADO. TROCA DE TIROS COM A VÍTIMA, QUE TERIA RESISTIDO À PRISÃO, APÓS PRATICAR UM ROUBO. MILITARES EM SUA FUNÇÃO TÍPICA. POSSIBILIDADE DE CONFIGURAÇÃO DE HOMICÍDIO DOLOSO QUE NÃO AFASTA O DISPOSTO NO ART. 9.º, INCISO II, ALÍNEA C, DO CÓDIGO PENAL MILITAR. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA CASTRENSE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Embora as alterações introduzidas pela Lei n.º 9.299/96 tenham excluiu do rol dos crimes militares o crime doloso contra a vida praticado por militar contra civil, competindo à Justiça Comum o julgamento do referido delito, evidencia-se no caso a competência da Justiça Castrense.

2. Não se vislumbra indícios mínimos de dolo homicida na conduta praticada. Tanto é assim, que os Juízos Suscitante e Suscitado decidiram pelo arquivamento do inquérito policial, ao reconhecer que os Policiais Militares agiram resguardados pelas excludentes de ilicitude da legítima defesa e do estrito cumprimento do dever legal.

3. Inexistindo animus necandi na conduta investigada, praticada por militares em serviço, no exercício da função típica, evidencia-se a competência da Justiça Militar, nos termos do art. 9.º, inciso II, alínea c, do Código Penal Militar. Precedentes.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no CC 133.875/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/08/2014, DJe 25/08/2014)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. POLICIAIS MILITARES INVESTIGADOS POR LESÃO CORPORAL. TROCA DE TIROS COM A VÍTIMA, QUE TERIA RESISTIDO À PRISÃO.

MILITARES EM SUA FUNÇÃO TÍPICA. POSSIBILIDADE DE CONFIGURAÇÃO DE TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUE NÃO AFASTA O DISPOSTO NO ART. 9.º, INCISO II, ALÍNEA C, DO CÓDIGO PENAL MILITAR. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA CASTRENSE.

1. O policial militar que em serviço troca tiros com foragido da justiça que resiste à ordem de recaptura, age no exercício de sua função e em atividade de natureza militar, o que evidencia a existência de crime castrense, ainda que cometido contra vítima civil. Inteligência do art. 9.º, inciso II, alínea c, do Código Penal Militar. Precedentes.

2. Conflito conhecido para declarar a competência da 2.ª Auditoria Militar de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

Superior Tribunal de Justiça

(CC 120.201/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 25/04/2012, DJe 14/05/2012)

Ante o exposto, **conheço do conflito e dou por competente o Juízo suscitante** (JUÍZO AUDITOR DA 1ª AUDITORIA DA JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS).

Publique-se. Comunique-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

